



DA REPORTAGEM LOCAL  
 grupo.redacao@jj.com.br

### Presidente do PT

Sob forte intervenção do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PT elegeu a senadora Gleisi Hoffmann (PR) para a presidência do partido. Ministra do governo Dilma, Gleisi virou ré na Operação Lava Jato sob suspeita de ter recebido R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras. Em conversas, Lula defendeu o nome de Gleisi como fundamental para a unidade do PT.

### Ação do PSDB

Em alusão ao Dia Internacional do Meio Ambiente, a Coordenadoria da Juventude e os membros da Juventude do PSDB organizam programação especial para os próximos dias com a 'Semana do Meio Ambiente e Sociedade'. Entre as atividades, haverá caminhada na Serra do Japi e doação de mudas. Além disso, também haverá ciclo de palestras sobre a importância da preservação da natureza e dos mananciais de água.

### No dia 11

A caminhada e a doação de mudas organizada pela Coordenadoria da Juventude do PSDB acontecerão no dia 11 de junho, domingo, às 8 horas, na estrada da Serra do Japi para o Eloy Chaves (avenida Luiz José Sereno, Jardim Ermida II). Já o ciclo de palestras será realizado no dia 8, como abertura da programação, às 19 horas, na Câmara Municipal de Jundiá.

### Igualdade racial

O município de Jundiá promove hoje, às 19h, a 2ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, no Clube 28 de Setembro (rua Petronilha Antunes, 363, Centro). Convocada pela Sociedade Civil, a conferência apresenta o tema: "Jundiá na Década dos Afrodescendentes: Reconhecimento, Justiça e Cidadania". O objetivo é avaliar os avanços e conquistas desde a primeira conferência, em 2013.

### Eleições diretas

Manifestantes e militância de partidos e movimentos de esquerda se reuniram neste domingo (4) no largo da Batata, zona oeste de São Paulo, em ato pela saída do presidente Michel Temer e realização de eleições diretas. Organizado por blocos carnavalescos, o protesto não veta a participação de movimentos que pediram a saída da ex-presidente Dilma Rousseff, mas tem apoio de grupos como Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo.

### Artistas

Durante a manifestação e militância de partidos na capital paulista, em um trio no Largo, artistas faziam apresentações e pediam "fora, Temer" e "diretas já". Primeiro a se apresentar, o cantor Chico César criticou a gestão do prefeito João Dória (PSDB), sob aplausos do público. Após as 15h, artistas como Péricles, Criolo, Mano Brown, Paulo Miklos e Pitty se apresentaram no palco, sob olhares de milhares de pessoas.

### ► SERVIDORES PÚBLICOS

## Diante de ameaça de greve, prefeitura estuda aumentar vale-alimentação

Os servidores públicos de Jundiá ameaçam greve a partir desta terça-feira (6), mas uma nova assembleia será realizada hoje (5), às 18 horas, com a categoria. Nesta segunda, o sindicato se reúne com o Executivo para mais uma rodada de negociações. "Tudo vai depender da reunião nesta segunda-feira", disse Aparecido Luciani, presidente do Sinderjun (Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Jundiá), na noite de ontem. Diante da ameaça de paralisação, a prefeitura enviou um comunicado em que contextualiza a situação financeira da administração e estuda a possibilidade de aumentar em 13,71% o vale-alimentação do servidor, atualmente em R\$ 507,41 para R\$ 577,41. De acordo com o presidente do sindicato, esta proposta já havia sido feita na última reunião.

Segundo o texto da prefeitura, a Plataforma de Governança, Finanças e Transparência informa que já

realizou cinco reuniões com o Sinderjun e apresentou a situação das finanças municipais e os impactos de eventuais correções na folha de salários dos servidores.

"O déficit orçamentário herdado da administração anterior, que supera a casa dos R\$ 180 milhões, associado ao cenário de extrema instabilidade econômica e de incertezas, são as principais causas da impossibilidade de expansão da despesa com pessoal em 2017. Somente o custo da reposição da inflação, de 4% para todos os servidores, a partir de maio, seria de R\$ 18,7 milhões. Importante destacar que a prefeitura está pagando, desde 1º de janeiro, reajustes que foram concedidos em 2015 e que somados chegam a R\$ 28 milhões. Note-se que a reposição seria factível, porém, a atual administração está cumprindo o que foi pactuado anteriormente, em respeito aos servidores beneficiados, apesar de não

ter alcançado a todos. O orçamento de 2018, que ainda nem está definido, já está comprometido com esses reajustes passados em mais R\$ 18 milhões", informa o comunicado.

A prefeitura ainda informa que, no início de janeiro, diante de uma dívida de R\$ 92 milhões, priorizou os pagamentos dos servidores, como as férias dos professores e o vale-alimentação, que estavam atrasados. "Foram cerca de R\$ 27 milhões que deveriam ter sido reservados no orçamento de 2016, porém, que foram quitados no início deste ano, onerando os recursos deste orçamento e reduzindo ainda mais a capacidade e a margem financeira da prefeitura."

Ainda segundo o texto, o Executivo acrescenta que "não é possível desprezar que todos esses gastos e reajustes, concedidos pela gestão anterior em 2015, estão comprometendo a capacidade atual de definir sob

reajuste ou reposição para os servidores, ou qualquer expansão do gasto de pessoal, pois não levaram em conta se haveria crescimento da arrecadação suficiente para suportar esses aumentos. A meta da arrecadação para 2017 está longe de ser atingida, pois foi projetada em desconformidade com a realidade econômica do país. Além disso, a administração anterior projetou gasto com pessoal de no máximo 45,35% da Receita Corrente Líquida (RCL) na Lei Orçamentária 2017 e, até abril, este percentual já atingiu a marca de 45,9%, o que implica em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal."

Segundo a prefeitura, de 2012 até abril de 2017, enquanto a Receita Corrente Líquida do Município cresceu, nominalmente, apenas 31,25%, o gasto com pessoal variou em 67,61%, mais que o dobro.

"Diante deste quadro financeiro deteriorado, ainda assim, a UGGF, juntamente com a UGAGP, estão es-

tudando a possibilidade de aumentar em 13,71% o vale-alimentação do servidor, atualmente em R\$ 507,41, para R\$ 577,41, para manter o poder de compra do trabalhador neste momento de crise, especialmente para os que ganham menos."

Com reajuste, o vale-alimentação dos servidores compraria 4,38 cestas do DIEESE a mais num ano. Esse aumento impactaria positivamente para aquelas faixas de salários menores, beneficiando cerca de 60% dos servidores municipais que ganham até R\$ 4.500. "A Mesa de Negociações está acontecendo e diversos pontos referentes às cláusulas sociais estão evoluindo", acrescenta o comunicado da prefeitura.

Já o presidente do sindicato aguarda hoje novas propostas, sendo as reivindicações referentes ao INPC do período e 2% de ganho real as mais importantes para os servidores, segundo ele.

### ► CÂMARA

É uma situação comum nas sessões ordinárias: Consultoria Jurídica da Prefeitura avalia projetos como 'inconstitucionais'

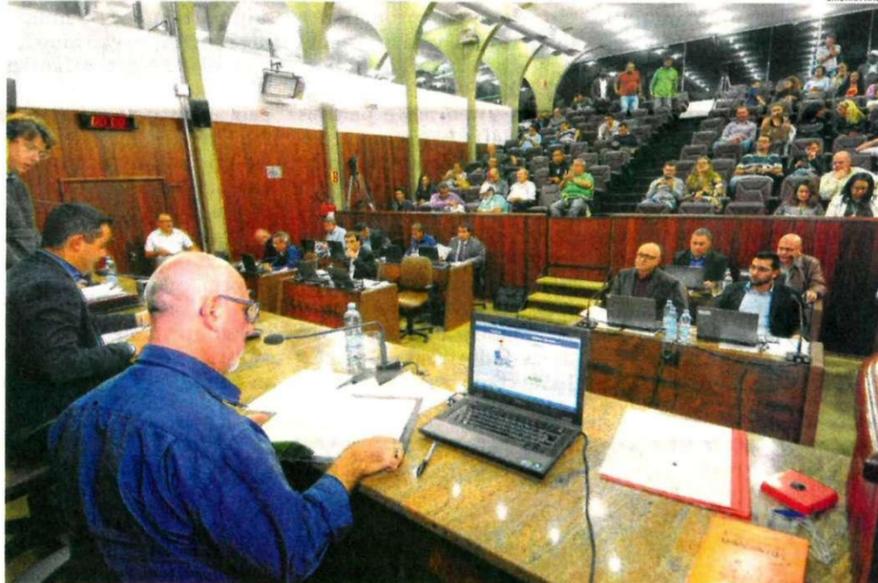
# Vereadores vão avaliar três vetos do Executivo a projetos

CARLOS SANTIAGO  
 csantiago@jj.com.br

Três projetos de lei apresentados e já aprovados pelos vereadores terão vetos apostos pelo Executivo apreciados na sessão ordinária de amanhã da Câmara Municipal. Nos três casos, a justificativa jurídica da prefeitura é a mesma: os projetos em análise são 'ilegais' e 'inconstitucionais'.

O primeiro veto a ser analisado pelos parlamentares será o aposto pelo prefeito ao projeto de lei 12.225. De autoria dos vereadores Arnaldo da Farmácia (PDT), Cícero da Saúde (PROS), Paulo Sergio Martins (PPS), Rafael Antonucci (PSDB), Valdeci Vilar (PTB) e Wagner Ligabó (PPS), o projeto prevê publicidade mensal de listagem de atendimentos realizados em unidades de saúde. As alegações do Executivo são que haverá aumento de despesa - o que foge da competência do Legislativo.

O segundo veto a ser apreciado será o aposto ao projeto de lei 12.217. De autoria de Edicarlo Vieira (PSD), o projeto prevê, nos



SESSÃO ORDINÁRIA Além de discutir sobre vetos, vereadores também debaterão sobre proposta de emenda à Lei Orgânica

postos de revenda de combustíveis, a fixação de preços por litro com duas casas decimais.

A alegação jurídica da prefeitura é que o artigo 20 da Resolução 41 da Associação Nacional do Petróleo (ANP) estabelece que os preços dos combustíveis serão expressos em três ca-

sas decimais - mas a cobrança será feita em duas casas decimais. O projeto contraria, portanto, resolução federal.

O outro veto é ao projeto de lei 11.603, de Marcelo Gastaldo (PTB), que regula uso de aparelho portátil de reprodução de música em locais de acesso público.

Também neste caso, a justificativa é de 'ilegalidade' e 'inconstitucionalidade', pois cabe à União dispor sobre o controle dos índices de poluição sonora.

### Segundo turno

Será votada em segundo turno a proposta de emenda à Lei Orgânica

129/2017. De autoria do vereador Antônio Carlos Albino (PSB), o projeto veda a inauguração ou a entrega de obra pública que não esteja concluída ou que não apresente condições de operação. Em primeiro turno de votação, os vereadores aprovaram o projeto com 19 votos favoráveis.

### Três projetos de lei

Outros três projetos de lei estarão na pauta da sessão ordinária de amanhã: o 12.250/2017, do Executivo, que altera a Lei 5.894/02, para reformular a Diretoria Executiva do Instituto de Previdência do Município de Jundiá (Iprejun) e modificar símbolo, criar, extinguir e redenominar cargos e funções de confiança; o 12.257/2017, também do Executivo, altera o prazo de obra do Iprejun em área pública; e o 12.260/2017, de autoria de Cícero da Saúde (PROS), que altera a Lei 6.607/2005, que prevê cuidados higiênicos no comércio de alimentos para consumo imediato, para exigir embalagem individualizada para canudo, palito, sal e açúcar e elevar multa.

### ► SENADO

## Conselho de Ética elege seu presidente

A primeira reunião do novo Conselho de Ética do Senado foi marcada para esta terça-feira (6). O senador João Alberto Souza (PMDB-MA), membro mais idoso do colegiado, fez no último dia (31) a convocação dos demais membros para o encontro. As informações são da Agência Brasil.

Na reunião, os senadores vão eleger o presidente e vice-presidente do colegiado, que foi escolhido semana passada no Senado. O novo presidente terá como primeira tarefa

decidir sobre o prosseguimento de representação formalizada pela Rede contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG), por quebra de decoro parlamentar.

Ele terá a prerrogativa de arquivar a representação ou determinar a abertura do processo que pode culminar na cassação do mandato do senador. Aécio Neves está com o mandato suspenso pelo STF em razão de denúncias feitas em delação premiada pelo empresário Joesley Batista, do grupo J&F. (Folhapress)

### ► TEMER-SUCESÃO

## Emenda da reeleição completa 20 anos

Há 20 anos, o Senado aprovava em segundo turno a emenda constitucional que hoje permite a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos. A alteração foi promulgada em sessão solene do Congresso.

Depois de fazê-lo, o presidente do Senado à época, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o então presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e líderes aliados do governo foram ao Palácio do Planalto entregar o texto da emenda ao presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O plenário do Senado aprovou a emenda por 62 vo-

tos a favor e 14 contra. Em sessão que durou apenas nove minutos, apenas dois parlamentares se abstiveram de votar - os senadores Epitácio Cafeteira (PPB-MA) e Lucídio Portella (PPB-PI). Além dos onze senadores do bloco da oposição (PT, PDT, PSD e PPS), votaram contra a medida os congressistas Emília Fernandes (PTB-RS), Josaphat Marinho (PFL-BA) e Roberto Requião (PMDB-PR).

A alteração deu a FHC a chance de ser o primeiro mandatário a disputar uma reeleição no Brasil. A certeza de que a aprovação da emenda fortaleceria o presidente em exercício foi ratificada por ACM. "Pela lideran-

ça que tem, é um candidato forte à reeleição", declarou o presidente do Senado. Na ocasião, ele afirmou que a tendência era que seu partido, o PFL, mantivesse o apoio ao presidente nas eleições de 1998, o que incluía a permanência de Marco Maciel como candidato a vice.

O PFL em março de 2007 passou a se chamar Democratas e teve como primeiro presidente Rodrigo Maia (RJ), atual presidente da Câmara.

Na época, o ex-senador José Sarney votou a favor da emenda, mas não comemorou o resultado. "Pode escrever que estou reticente." (Folhapress)